



A economia brasileira entre crises e reformas

A POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO MUNICÍPIO DE COARACI-BA.

GT 4- Políticas Públicas e Desenvolvimento

Maria das Graças Santos de Santana¹

RESUMO: A execução de políticas públicas de gasto, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade no processo de desenvolvimento local como é o caso do Programa Bolsa Família no território da periferia Brasileira. Esta intervenção do Estado voltada a políticas sociais evidencia efeitos positivos e negativos no campo dos direitos sociais e cidadania pela promoção da inclusão social das famílias de baixa renda. As respostas a esse desafio não são fáceis, nem consensuais, mas necessárias de serem avaliadas dependendo do olhar dos fatores interno e externo de sua implementação. Este trabalho basicamente busca destacar o papel que a política do Programa Bolsa Família tem no processo de emancipação das famílias beneficiadas, como são caracterizadas e os significados que essas famílias fornecem das mudanças e empreendimentos mediados por esta intervenção estatal de governo. Para qual trazemos uma avaliação a partir da análise qualitativa de famílias escolhidas no município de COARACI-BA.

PALAVRAS CHAVE: Política pública. Bolsa Família. Periferia. Desenvolvimento

1 INTRODUÇÃO

Nas abordagens de avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento local, entendemos que há controvérsias advindas das interações geradas nos processos sociais das suas respectivas relações de classes, agentes, instituições que lidam com os mecanismos propostos para sua intervenção e os argumentos de regulação desta. Entretanto, é necessário verificar os elementos que fazem parte das intencionalidades da política pública de governo quando esta visa mudanças sociais na pobreza.

Inserida no Plano de Combate à Fome “FOME ZERO” que objetiva o direito de alimentação a toda a população brasileira, a política foi lançada na modalidade de Programa Bolsa Família (PBF) em 20/10/2003, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é considerado o maior programa de transferência de renda condicionada

¹ Assistente social, pós-graduanda em Gestão Social, Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos e graduanda em Ciências Sociais pela UESC. E-mail: gallsanttana2016@hotmail.com



A economia brasileira entre crises e reformas

do mundo, que beneficia famílias pobres e extremamente pobres de todo país. Com a inserção dos recursos do programa na renda das famílias, percebe-se um aumento significativo na movimentação econômica do país, pois incentiva aqueles que antes estavam excluídos do mercado econômico a participar da movimentação do comércio e da indústria que geram emprego e renda.

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que consegue o maior resultado em termos de redução da pobreza e de retorno à economia, com o menor custo para o governo segundo padrões internacionais. Outro dado importante apontado pela pesquisa é o aumento da renda das pessoas consideradas pobre ou extremamente pobres através de uma melhoria na qualidade de vida, pois no contexto geral, passaram a ter acesso a bens e serviços como energia elétrica, água encanada, saneamento e maior escolaridade. Isso, segundo o estudo representa uma queda na pobreza multidimensional no total de 88%, ou seja, de um total de 8,2 % da população em 2002 para 1% em 2014. (BRASIL, 2013).

Mesmo com os dados evidenciando uma considerável melhoria na economia e na vida de milhões de brasileiros, a política pública do Bolsa Família de maneira geral vem sendo desacreditada por questionamentos em relação às reais mudanças que esta traz como intervenção para o desenvolvimento da periferia, uma vez que foi criada para amenizar a fome e as diversas situações de pobreza dos brasileiros.

O interesse na avaliação dessa política a nível local é demonstrar que as famílias do município de Coaraci localizado no sul da Bahia atingiram relevantes melhorias na sua estrutura social: segurança alimentar, autonomia das mulheres e resgate da autoestima.

Segundo dados do Relatório de Informações (RI) do MDSA, existem 3.779 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que equivale a aproximadamente 41,32% da população total do município, e inclui 960 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de julho de 2017 foram transferidos R\$ 573.916,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 151,87 por família. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78. (MDSA, 2017).

A população total do município de Coaraci de acordo com os dados do Censo IBGE 2010 era de 20.964 residentes, dos quais 3.103 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que



A economia brasileira entre crises e reformas

14,8% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 187 (6,0%) viviam no meio rural e 2.915 (94,0%) no meio urbano. (MDSA, 2017).

Segundo informações do Ministério, a cobertura do programa bolsa família é de 119,78% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco da gestão municipal deve ser na manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. A qualidade dos dados cadastrais aumenta a possibilidade de que todas as famílias pobres e extremamente pobres do Município sejam beneficiárias do Programa. (BRASIL, 2017).

A economia do município está basicamente centrada na agricultura e no comércio local. Possui 08 (oito) bairros: Jardim Cajueiro, Cemitério, Berimbau, Centro, Bela Vista, Alto da Colina, Santo Antônio, Maria Gabriela e Joia do Almada. A infraestrutura em alguns destes bairros ainda é precária, especificamente no bairro Bela Vista (que é totalmente despavimentado) e Joia do Almada que a maioria das ruas não possui esgotos nem saneamento básico. As casas são simples, algumas de tábua e outras com alvenarias, porém inacabadas.

Diante disto, a análise socioeconômica dessas famílias apresenta depoimentos dos moradores beneficiados no município e aponta alguns dos significados dessa política na vida desses cidadãos, bem como, as possíveis mudanças alcançadas com o auxílio dos recursos que recebem. Assim, para constatar essas avaliações dos beneficiários aplicamos um questionário aberto com questões quantitativas – qualitativas descritivas, contendo perguntas objetivas e subjetivas para justificar o interesse sobre o perfil do beneficiário.

Além da técnica de coleta de dados que foram realizadas por visitas domiciliares, utilizou-se também o trabalho de campo, o uso de fontes secundárias realizadas durante a revisão de literatura e alguns registros das vivências obtidas pelos moradores beneficiários. Contamos também com a parceria da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Assistência Social, na disponibilização de dois funcionários para a aplicação dos questionários junto às famílias dos bairros. Os dados obtidos são provenientes de pesquisa socioeconômica aplicada às famílias, no mês de Maio de 2016 através da qual apresentamos os resultados de uma amostragem aleatória de 23 famílias moradoras dos bairros (muitas delas vindas da zona rural) fugindo da pobreza do campo. Foram aplicados questionários com questões qualitativas de respostas espontâneas. A amostragem seletiva não tem como critérios a renda e sim as condições materiais de pobreza, o número de membros e componentes



A economia brasileira entre crises e reformas

familiar. Por meio do exame de análise de tabelas e gráficos como os mostrados abaixo é possível conhecer algumas características e realidade socioeconômica destas famílias.

2. A POLÍTICA PÚBLICA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Toda política pública que visa intervir para promover crescimento da população em situação de pobreza, deve criar mecanismo para detectar e corrigir desvios da trajetória de sua implementação de modo a cumprir os propósitos dos objetivos de sua real ação. Autores como Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Essas políticas versam agir na vida dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social que são vítimas do abandono do Estado e merecem atenção especial. Estudos como o de Peters (1986) visa entender a política pública como a soma das atividades dos governos, que agem através delas para influenciar diretamente na vida dos cidadãos. Nesse sentido, a política pública deve ser pensada como um campo do conhecimento da ação do governo quando deseja propor mudanças reais através dessas ações, o que permite que ela seja um território de várias áreas de conhecimentos, abordagens e modelos analíticos. Sobre todos os processos de avaliação, sobre vários olhares é que a política do bolsa família permite verificar mudanças no desenvolvimento social das famílias que usufruem desse benefício. Isso acontece quando a política publica se situa num determinado território de lutas de classes em que a dinâmica de tensão dos interesses são alvos das ações estatais e suas finalidades buscam especialmente apreciar a eficiência de sua governança. (BRANDAO, 2007).

A periferia no Brasil traz um panorama de exclusão socioeconômica notória, e nesse contexto a política do Bolsa Família proporciona a transferência de renda às famílias em situação de extrema pobreza respondendo aos mecanismos reguladores exigidos dela, como: educação dos filhos, acompanhamento da saúde e atualização cadastral exigida como condicionantes para a família se manter no programa.

Essa política pública tem como prioridade intervir na história de vida de milhares de brasileiros e no cenário de todo o país que desde o início da colonização europeia sofreu com a invasão estrangeira e a ação brutal de ocupação que reproduzem até os dias atuais a exploração da terra e a “devastação” da raça humana. Neste sentido, a visão Marx nos mostra que:

A questão social é produzida e reproduzida na sociedade capitalista de forma ampliada em decorrência das relações de produção que se constituem com base na



A economia brasileira entre crises e reformas

estrutura da sociedade e que, em determinadas circunstâncias históricas, com a criação de um excedente possibilitou a apropriação privada dos meios de produção, culminando com o aparecimento de classes sociais desiguais e contraditórias – “os possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedade” (MARX, 2002, p. 110)

Ao avaliar o capitalismo econômico, Marx coloca os fenômenos como sendo fenômenos sociais totais, nos quais sobressaem o econômico e o político, como duas manifestações combinadas e importantes das relações entre pessoas, grupos e classes sociais.

Com a concentração da população nas áreas urbanas vieram também os problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infraestrutura e tantos outros. Na medida em que a industrialização avançava, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social.

Há de reconhecer-se que a questão social, que antes era encarada como uma questão de polícia passou a ser considerada como uma questão de Estado, pois demandava soluções mais abrangentes. A ação do Estado adotou, a partir daí, uma política de proteção ao trabalhador, incentivando o trabalho e o aumento da produção.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p.77).

Com as exigências da classe operária, surge também uma nova realidade no cenário brasileiro a partir do governo de Getúlio Vargas, que atendendo às demandas dos operários, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, e promulgou uma legislação trabalhista que respondia de certa forma, às necessidades do trabalhador e aos interesses mais amplos da industrialização emergente, criando também o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e em 1933, as caixas de aposentadorias e pensões e outros Institutos de Aposentadorias e Pensões. (FALEIROS, 1997).

Foram consideradas importantes para a proteção ao trabalhador as instituições referidas acima e as medidas de Política Sociais assumidas pelo governo brasileiro, no período de 1930 a 1954. Entre essas medidas destacamos a instituição do salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convenção coletiva de trabalho, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a assistência à saúde, à maternidade, à infância e uma série de outros serviços assistenciais e educacionais. Os grandes gastos do governo com a política



A economia brasileira entre crises e reformas

social, nesse período, deram origem à concepção de Estado de Bem-Estar Social que, na realidade, nunca chegou a ser totalmente implantado no Brasil.

As funções da nova assistência são: inserir excluídos, prevenir a exclusão, promover os antes ‘assistidos’ a cidadãos ativos e lhes garantir proteção social. Para cumprilas, se prevê um conjunto diferenciado de ações desenvolvidas como programas e projetos. (COSTA, 2004).

Mesmo com estas conquistas, os problemas sociais, a fome e as desigualdades continuaram por conta do desemprego e conseqüentemente da exclusão social que aumentava cada dia mais, gerando um déficit social muito grande que deixava o país ‘impossibilitado’ ou ‘impotente’ de romper com este cenário.

A fome é uma sensação que traduz desejo de comer; carência alimentar ou subalimentação; também pode traduzir miséria; pode ainda traduzir necessidade ou desejo intenso de adquirir algo; avidez; ambição gerando, por exemplo, fome de saber, de conhecimento, de carinho e até de dinheiro. (HOUAISS, 2001).

Para Josué de Castro (1946), a fome, como carência de alimentos, não se manifesta apenas como um problema físico, mas também político, social, cultural e econômico que aniquila a vida, atua sobre a estrutura mental e a condição social do ser humano. Essa era uma de suas maiores preocupações.

A fome no Brasil é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se iniciando, impulsionando mas, logo a seguir, corrompendo os processos de criação de riqueza no país. É o “fique rico” tão agudamente estigmatizado por Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil, a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo (CASTRO, 1946.).

Diante desta problemática, urge a necessidade de se cumprir com os direitos outorgados a partir da Constituição de 1988 que assume a questão de pobreza como questão social. Assim, o campo da assistência social se reestrutura jurídica e institucionalmente para atender, como direito social, às necessidades de seu público-alvo. Existe hoje no mundo, e também no Brasil um grande debate conceitual e ideológico sobre o que é pobreza. Isto porque a pobreza tem muitas dimensões e muitas faces por isso, não se limita, apenas, à questão da renda.



A economia brasileira entre crises e reformas

Uma família ou uma pessoa é considerada pobre quando vive numa situação de privação de renda e também de privação de outros recursos necessários para obter uma situação de vida que permita que ela desempenhe seus papéis, cumpra seus deveres, participe das relações sociais e compartilhe costumes da sociedade em que vive. Por exemplo, insuficiência de alimentos, de bens, de serviços e de lazer. Segundo O MDS, são as famílias em situação de extrema pobreza caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente. (BRASIL, 2015).

A pobreza extrema (severa) explicitaria o mero acesso ao consumo mínimo correspondente à sobrevivência, enquanto a pobreza absoluta indicaria o acesso necessário ao consumo básico para a reprodução humana. O prévio estabelecimento de uma cesta de necessidades mínimas ou básicas a ser atendida mensalmente corresponderia ao custo monetário de aquisição no mercado de bens e serviços. Diante das condições gerais de insuficiência de renda para o acesso ao padrão de vida mínimo ou básico, que permitia identificar e dimensionar as diferentes manifestações da pobreza, houve o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas de oferta de bens (alimentos, terras, empregos) e serviços (educação, saúde, assistência social) e, ainda, das transferências diretas de renda para o enfrentamento do sofrimento humano. (POCHMANN, 2010).

A pobreza gerada pelas condições de vida alcançada pelos ricos através da concentração de renda é o limite mínimo da sobrevivência ou da reprodução humana. Ainda segundo o autor:

A progressão tributária sobre a distribuição da renda, acompanhada por políticas distributivas, possibilitou combater efetivamente as diferentes formas de pobreza. Essa é a fase em que o Brasil se encontra atualmente, e precisa urgentemente avançar. Em 2008, o país registrou 28% da população na condição de pobreza absoluta e 10,5% na pobreza extrema. Para o ano de 2016, as projeções do Ipea indicam a superação da pobreza extrema e apenas 4% da população na pobreza absoluta. Como em 2008 a pobreza relativa alcançou 54% dos brasileiros (quase duas vezes mais que o contingente medido pela pobreza absoluta e 5,1 vezes a pobreza extrema), percebe-se que o rumo brasileiro certo requer, ainda, inovadores métodos de combate às diferentes formas de pobreza, sobretudo na desigual repartição da renda e da riqueza. (POCHMANN, 2010).

A distribuição da renda tem sido um tema básico para estudo da sociologia, inclusive da Economia. O economista clássico, Ricardo, escrevendo no começo do século XIX, considerou que o principal objetivo da Economia Política (atualmente, Ciência Econômica ou, simplesmente, Economia) era explicar a distribuição do produto nacional entre proprietários de terra, donos de capital e trabalhadores, na forma de renda, lucros e salários respectivamente. Esse problema é conhecido hoje como “distribuição funcional da renda”. Ricardo diz que:

“O valor de um produto é um resultado de todo o trabalho empregado na sua produção, seja o valor pago ao trabalho dos operários, e o lucro dos capitalistas, que não deixa de ser o seu trabalho. E acrescenta também o valor das



A economia brasileira entre crises e reformas

máquinas usadas nessa produção, pois na produção das próprias máquinas, também foi utilizado trabalho, e esse seria o seu valor incorporado”. (RICARDO, 1982).

Desta forma, uma mercadoria terá o seu valor de acordo com a quantidade de trabalho empregada, desde os seus estágios anteriores, durante a sua produção.

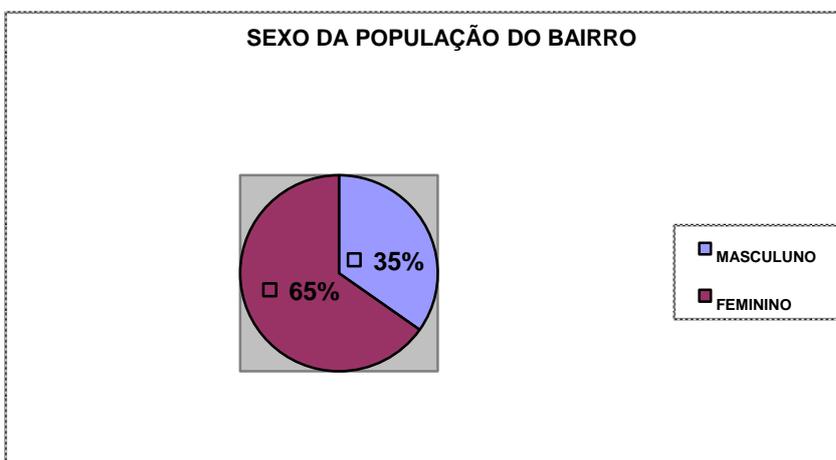
A tendência estrutural para a concentração da renda favorece o subemprego de fatores característico das economias subdesenvolvidas, ou seja, a concentração da renda causa uma grande diversificação das formas de consumo de grupos privilegiados. A política econômica de um país é a norteadora do seu desenvolvimento. Ele afirma que “o maior obstáculo ao desenvolvimento de um país está na já excessiva concentração da renda” (FURTADO, 1968).

O programa Fome Zero, implantado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, é um exemplo que põe à mostra os ideais do professor de realizar uma política prioritária de combate à fome com um modelo de desenvolvimento para satisfazer às necessidades do cidadão. O programa foi criado para combater a fome, a miséria e suas causas estruturais, que geram a exclusão social. Ele foi concebido para garantir que todas as famílias tenham condições de se alimentar dignamente com regularidade, quantidade e qualidade e necessárias à manutenção de sua saúde física e mental.

3 OS BENEFICIADOS DO BOLSA FAMÍLIA EM COARACI – BAHIA

O Cadastro Único da política permite ao governo conhecer as reais condições de vida da população de baixa renda e as condições dos domicílios onde moram. Com base nesses dados, é feita a concessão de benefício. No grupo de famílias beneficiadas de Coaraci e entrevistadas, percebe-se que há algumas variáveis desse cadastro no retrato das características do seu perfil.

Figura 1: Distribuição dos titulares por sexo



A economia brasileira entre crises e reformas

Os indicadores sobre o sexo da população, segundo o gráfico aponta que a maioria dos entrevistados são mulheres, isso nos leva a crer que os homens desta localidade são alvos vulneráveis da criminalidade, uma vez que os bairros periféricos onde se aplicou a pesquisa possuem altos índices de criminalidade e homicídios. Essa informação esboça um retrato social da realidade desses jovens na qual a maioria encontra-se detidos, foragidos ou mortos.

Figura 2: Distribuição por Estado Civil

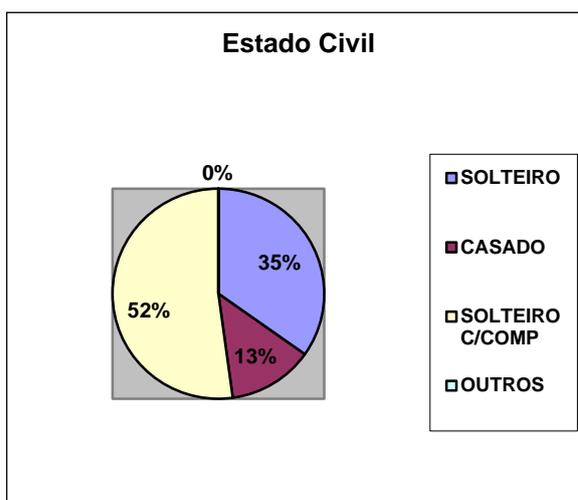
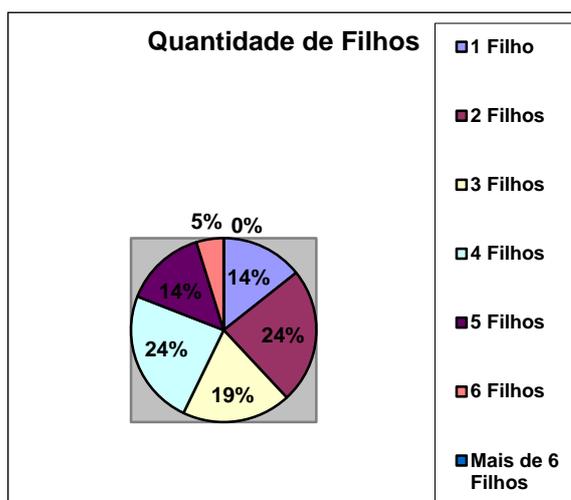


Figura 3. Quantidade de Filhos



Identificou-se que dentre as famílias entrevistadas, 13% dos titulares declara-se casado. Em relação à quantidade de filhos há uma diversidade (em termos de quantidade) de número de filhos, ultrapassando a reconhecida pelo IBGE (2000) como a média de três filhos por família, onde identificamos que 29% possuem 04 filhos. Importante ressaltar que as famílias pobres hoje, procuram fazer um controle de natalidade, pois apenas uma família com 06 filhos foi identificada entre os entrevistados e nenhuma com mais de seis filhos. As maiorias das titulares da família declararam-se solteiras com companheiro correspondendo a 52% do total. Também é comum identificar, no bairro, mulheres que assumem sozinhas a guarda e a educação dos filhos, sem ter constituído com o genitor deles uma união estável.

A economia brasileira entre crises e reformas

Figura 4: Caracterização da família por Faixa Etária

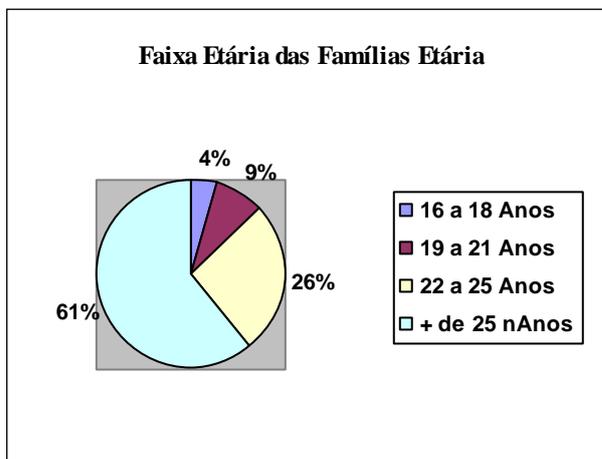
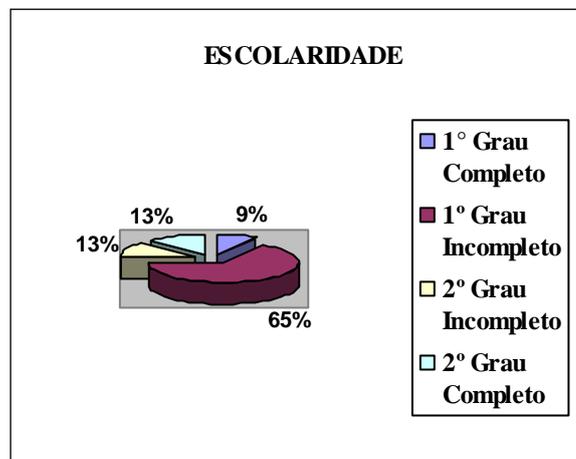


Figura 5. Nível de Escolaridade



O gráfico relacionado à faixa etária dos entrevistados nos mostra que a maioria possui idade acima de 25 anos, enquanto que 26% possuem em média 22 a 25 anos. A minoria dos entrevistados possui idade entre 16 a 18 anos. Isso significa que muitos desses beneficiários são jovens, ou seja, sem ocupação concomitantemente, os leva a recorrerem às políticas públicas para a sua sobrevivência.

Quanto à escolaridade vemos que um grande número de entrevistados (65%) tem apenas o ensino fundamental incompleto. Segundo a legislação brasileira, esta escolaridade é considerada baixa. Cruzando este dado com a condição de trabalho, identificou-se que este volume de titulares encontra-se desempregado. Dos titulares que registram este grau de escolaridade, somente 35% estão trabalhando. Destes, apenas 9% apresentam escolaridade com ensino fundamental completo. Identificou-se um empate técnico no referente ao Ensino Médio Completo e Incompleto de 13%. Considerando que a maioria dessa população é formada por homens e mulheres com mais de 25 anos de idade, entendemos que essas pessoas são vítimas de uma realidade social presente em nosso país onde muitos jovens por necessidade de trabalho, ou por falta de um planejamento familiar adequado, abandonam os estudos para trabalhar ou para cumprir com as obrigações domésticas, ao ponto que concluímos que muitos dos jovens destes bairros estão evadindo sem concluir ao menos o ensino fundamental.

A economia brasileira entre crises e reformas

Figura 7. Compromisso com a educação



Figura 6: Acompanhamento de Saúde.



Os dados demonstram que os responsáveis possuem certa preocupação com relação à educação e saúde dos filhos, uma vez que, 70% dos entrevistados estão estudando e 59% levam os filhos menores ao Posto de Saúde para vacinar e pesar. Esses dados nos leva a crer que esse número consideravelmente bom, tem a ver com as condicionantes do programa relacionadas à educação e saúde.

Figura 8. Mercado de trabalho

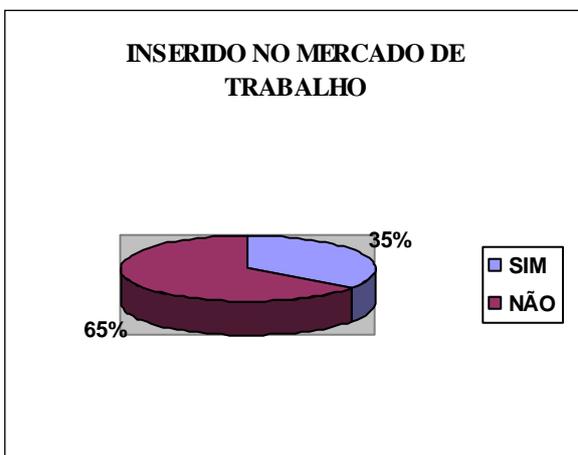
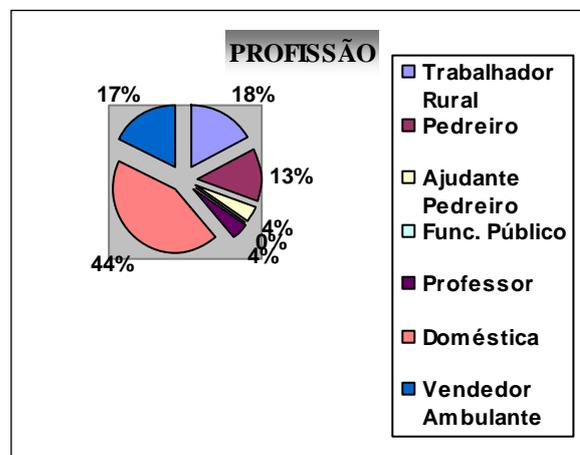


Figura 9. Profissões dos entrevistados



Os gráficos apresentam uma realidade que é gritante em nosso país e consequentemente em nossa cidade que é o desemprego. De acordo com os entrevistados, 65% deles não estão trabalhando, esse dado representa a falta de oportunidades, uma vez que o maior empregador do município é a Prefeitura Municipal, seguido dos mercados e comercio em geral que em comparação com a quantidade de desempregados são poucos.

As profissões declaradas pelos titulares foram: trabalhador Rural, pedreiro, ajudante de pedreiro, funcionário público, professor, doméstica e vendedor ambulante. Predominam as profissões voltadas às atividades domésticas: 44% das titulares trabalham como empregada

A economia brasileira entre crises e reformas

doméstica ou exercem suas atividades em sua própria residência, reconhecendo-se como do lar. Nota-se que as profissões exercidas voltam-se àquelas de baixa remuneração, que requer grande esforço físico, pouco reconhecimento e baixos salários. Essas profissões ficam na base da pirâmide do mercado do trabalho, ou seja, um grande contingente presta o serviço, com remuneração baixa, girando em torno de meio salário mínimo, o que corresponde a 61% da renda dos entrevistados. Outro fator de composição da renda familiar é a participação da família nos programas sociais de complementação de renda, como os benefícios eventuais² ofertado pelo poder público municipal..

Figura 10. Renda Familiar

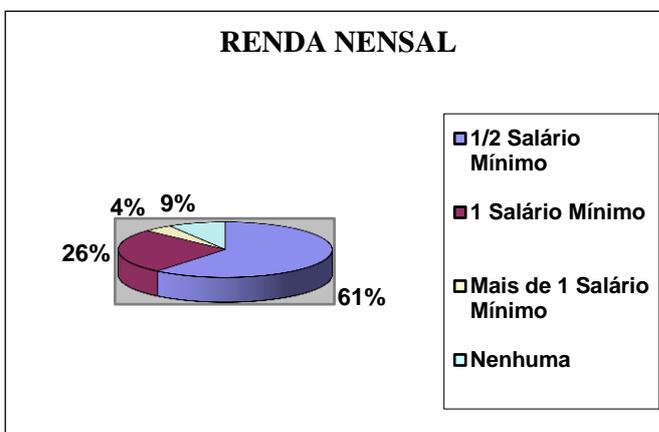
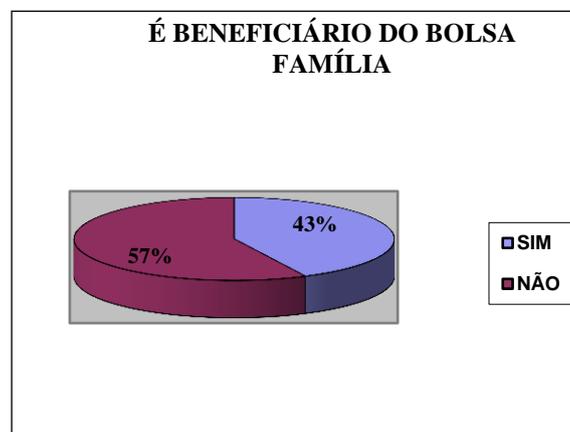
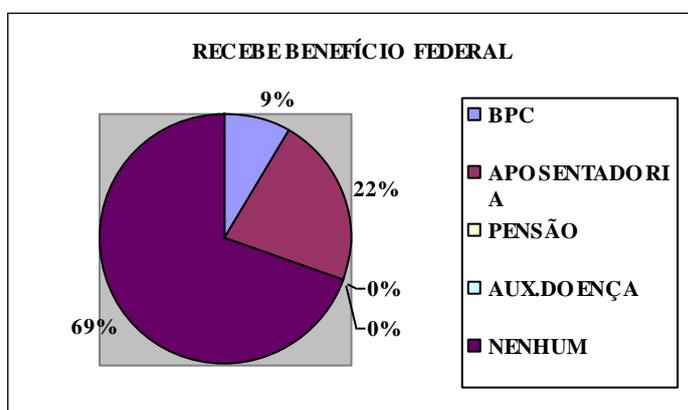


Figura 12. Beneficiário do PBF



Quanto ao Programa Bolsa Família, 43% dos titulares declaram ser beneficiários do programa Bolsa Família e 57% não são beneficiários. Os 57% que ainda não estão recebendo estão no perfil e aguardando a liberação.

Figura 11. Recebe benefício social.



² Benefícios concedidos pelo município eventualmente aos cidadãos em situação de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública que não tenha condições de arcar com o enfrentamento dessas situações.



A economia brasileira entre crises e reformas

Quanto aos programas sociais, 69% dos titulares declaram não receber nenhum dos benefícios citados, 22% recebem aposentadoria e 9% recebem o BPC. Isso provavelmente por conta de estas famílias viverem em condição de vulnerabilidade social, estando sujeitas a participar dos programas de complementação de renda implementados pelo governo federal.

Figura 13: Caracterização dos domicílios das famílias

RESIDÊNCIA	PRÓPRIA	4
	ALUGADA	13
	CEDIDA	6
TIPO DE RESIDÊNCIA	ALVENARIA E TIJOLO	8
	TAIPA	2
	TAIPA REVESTIDA	7
	MADEIRA	6
	OUTRO	0
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ENCANADA	19
	POÇO	4
ILUMINAÇÃO	RELÓGIO PRÓPRIO	23
	VELA	0
	OUTRO	0
ESGOTO	MUNICIPAL	19
	CÉU ABERTO	4
	VALA	0
DESTINO DO LIXO	COLETADO	19
	QUEIMADO	1
	ENTERRADO	0
	TERRENO BALDIO	3

È Importante ressaltar alguns significados em relação ao nível de satisfação das famílias quanto ao programa, pois sem este benefício que complementa a renda familiar e em outros casos é a única renda, estariam passando fome como é o caso do depoimento abaixo:

Antes de receber o Bolsa Família a gente vivia passando fome, pedia nas ruas eu e minha filha, não nego não, é melhor pedir do que roubar, mas depois que eu estou recebendo eu já não peço mais, pago a minha luz, a minha água e ainda compro umas coisinhas pra comer. Não passo mais fome, nem precisa minha filha ir mais pros bairros pedir (Marilene Santos – beneficiária do PBF em Coaraci-BA).

Outro ponto que merece atenção em relação às críticas concernentes ao programa consideradas como mitos foi a polêmica no que diz respeito a como essas famílias gastam seus recursos, por exemplo. Ratificando o depoimento acima, o estudo realizado pelo IPEA e o MDS aponta a superação destes mitos “a experiência mostrou, ao contrário, que essas



A economia brasileira entre crises e reformas

peças não só compram “corretamente” como podem fazer um planejamento financeiro capaz de ampliar suas perspectivas e oportunidade”. (CAMPELLO; NERI, 2013). As superações dos mitos a nível Nacional, Estadual se estende também aos municípios pois em Coaraci-BA, através desta pesquisa pudemos obter declarações que nos mostram como o benefício promove a “independência” das pessoas e elevam o nível da autoestima.

Antes quando eu não tinha o Bolsa Família a minha renda trabalhando nas casas de família não dava pra eu comprar as coisinhas pros meus filhos. Hoje eu vejo meus filhos indo pra escola com mochilas novas e todo o seu material escolar novo, fico muito feliz, porque antes eles ganhavam as mochilas velhas dos filhos da minha patroa e outros parentes dela que me arrumavam. A primeira vez que eu fiz as compras do material novo dos meus filhos eu agradei muito a Deus a bênção recebida. (Maira de Jesus, beneficiária do PBF).

Este depoimento rompe também com o paradigma de que as famílias beneficiárias do programa são acomodadas, dependentes e desestimuladas com relação ao trabalho.

No que tange a questão econômica, identificou-se nesta pesquisa que famílias beneficiárias também ganharam emancipação com o programa.

Hoje eu vendo meu acarajé e tiro um dinheiro mais por causa do bolsa Família eu aprendi com uma prima que mora em Ilhéus e vende acarajé, quando fui passar um final de ano lá. Ela me incentivou e eu arrisquei: comprei o material pra fazer o acarajé com o dinheiro do bolsa Família fiquei devendo e fui vender, depois paguei todo o material e ainda fiquei com um dinheirinho e hoje eu já coloquei piso na minha casa, fiz meu banheiro e vivo satisfeita. (Maria José de Jesus – Beneficiária em Coaraci-Ba).

Assim, diante destes dados empíricos, podemos apontar que existem benefícios através das políticas públicas na vida dos seus beneficiários e como este público não conseguiriam sair da linha da pobreza ou extrema pobreza sem elas. São incentivos para aqueles que devido ao modo de produção capitalista excludente e da má distribuição de renda do país, não conseguiriam independência nem mesmo a sua sobrevivência, por isso, estão fora do mercado de trabalho.

Na periferia a pobreza dos beneficiados está vinculada às condições precárias em que vivem, pois a pesar da estrutura física dos bairros mostrarem algumas moradias com instalação elétrica e saneamento básico, estas seguem, na maioria, um padrão de regulamentação determinado pela prefeitura municipal. Eventualmente encontram-se algumas irregularidades e instalações clandestinas na rede elétrica bem como no saneamento em que encontramos algumas ruas ainda com esgoto a céu aberto. Os bairros possuem as casas em sua maioria de alvenaria e tijolos, com janelas e portas improvisadas por panos no seu interior. Existe nos locais uma parcela de barracos não regulamentados. Possui luz



A economia brasileira entre crises e reformas

elétrica, a maioria das casas possui água encanada e o lixo é coletado pela prefeitura municipal diariamente.

Uma carência notória é o da casa própria, pois a maioria dos entrevistados mora ou de casa alugada ou cedida. Percebe-se também, que nestes últimos anos a influência e a abrangência das drogas aumentaram a desigualdade social que é também uma realidade entre os moradores dos bairros e conseqüentemente à evasão escolar de muitos jovens.

Conclui-se que as famílias moradoras dos bairros são em sua maioria vulneráveis, recorrem à rede sócio assistencial – principalmente aos serviços destinados a complementação de renda, como forma de manter suas necessidades básicas, dentre eles o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A maioria das famílias é monoparental, chefiada por mulheres jovens, na faixa etária entre 25 e 30 anos. Com relação à inclusão no mercado de trabalho, majoritariamente acontece em atividades relativas ao trabalho informal e com baixa remuneração. A maioria já possui um cadastro aprovado no Programa Bolsa Família, mas ainda não foram contemplados com a liberação do benefício, entende-se que este estudo possibilitará ao gestor do Programa Bolsa Família planejar junto com o CRAS a implantação de oficinas de geração de renda, bem como, solicitar junto ao MDS a liberação dos benefícios como prioridade, o que contribuirá para a melhoria da condição de vida da população residente nestes bairros, que é uma população carente, de moradias simples, sem pavimentação, e saneamento básico em algumas ruas.

Portanto, como a maioria dos jovens da comunidade, não concluíram o ensino fundamental, estes dados servirão para a inclusão destes em programas junto à Secretaria de Educação a fim de promover a inclusão e o retorno à sala de aula.

Esperamos que os dados deste relatório sirvam também de subsídio para os trabalhos desenvolvidos pela prefeitura municipal, e assim contribuir com o planejamento de ações pontuais realizados pelo departamento de Assistência Social e habitacional, considerando que o mesmo fornece indicadores para o município na implantação de Programas Sociais. Com relação às políticas públicas fica evidente que estas vem contribuindo para a redução da pobreza a nível Nacional, Estadual e Municipal como é o caso de Coaraci na Bahia. A transferência de renda direta é indispensável para o trabalho focal do combate à fome e as desigualdades e se apresenta como um dos véis mais dinâmicos para a garantia de direitos básicos a todos os brasileiros.

Os efeitos desse volume de recursos na estruturação e fortalecimento de programas sociais têm se revelado por diversas pesquisas e estudos, que apontam a forte queda da pobreza, da mortalidade infantil e da desigualdade, bem como o aumento da renda, do nível educacional, do emprego e do consumo de alimentos e bens duráveis



A economia brasileira entre crises e reformas

no país. Observadas em todas as regiões e segmentos populacionais, estas tendências têm sido particularmente intensas nas áreas e estratos mais pobres. De fato, a comparação de resultados dos censos demográficos 2000 e 2010 revela que a extrema pobreza caiu 40% na zona rural e 37% no Nordeste. A mortalidade infantil diminuiu mais de 55% no Nordeste e 49% entre famílias em extrema pobreza (MARTIGNONI, 2012).

Ademais, em um país onde a distribuição de renda é desigual e que a equidade de direitos é injusta, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que favoreçam a garantia dos direitos (básicos) que já estão instituídos constitucionalmente bem como em outras normativas para que o tripé da seguridade social (saúde, educação e previdência) estejam ao alcance de todos. Essas políticas serão responsáveis pela contribuição do reconhecimento do indivíduo como cidadão de direitos, como provedor de suas necessidades e pelo resgate da autoestima desses sujeitos, que sem as políticas públicas estariam à margem de um crescimento/desenvolvimento de uma sociedade que o priva do alcance de seus direitos básicos. A transferência de renda direta atua no alívio das necessidades materiais mais urgentes, favorecendo o desenvolvimento das capacidades de cada família, articulada a outras políticas de saúde, educação, assistência social.

Para a Sra. Maria Senhora a política do Bolsa Família ajudou a sua família a obter uma das coisas que para ela era impossível antes de receber o benefício, pois vive em situação de extrema vulnerabilidade. Seu esposo não consegue trabalho, pois está difícil nas fazendas da região e quando trabalha é no período sazonal da colheita do café em Vitória da Conquista.

Eu tenho 06(seis) filhos, moro nesse barraquinho que vocês estão vendo, enquanto não tinha recebido o meu bolsa família a gente passava muitas necessidades, fome mesmo, as mulheres da pastoral da criança que me ajudavam, minha filha ia pra rua pedir nas vendas e nos mercados que eu mandava. Eu mesmo não tinha coragem nem de sair pra nada pois só tomava conta dos meninos e não tinha nem sabão as vezes pra lavar as roupas, eu lavava só com agua. Quando chovia caía chuva aqui dentro e virava lama, meus filhos andavam na lama dentro de casa. Quando eu comecei a receber meu bolsa, minha vida mudou, eu ia no mercadinho comprar as coisas, comprava roupa nova pra eles porque só vistiam roupas velhas que o povo da igreja dava, eu comprei pela primeira vez sabonete e shampoo pra lavar o cabelo das meninas e todo mês era uma festa com meus filhos. Hoje eu já troquei os eternites do barraco, meu marido trocou as tábuas e hoje a gente vive bem. Meus filhos estão estudando e eu agradeço muito esse bolsa família. Hoje não tenho mais vergonha de ir na rua, levo meus pequenos pra pesar que antes as moças do posto que vinham aqui e ainda recebo o Leite da creche. (Maria Senhora de Jesus, beneficiária do PBF).

Esse depoimento vem a calhar com o objetivo do programa que é contribuir com a erradicação da pobreza e da fome no país, potencializando essas pessoas a tornarem-se sujeitos de sua própria história, promovendo a inclusão de milhões de famílias de brasileiros que viviam como esta família citada. Podemos ver o entrosamento neste caso, das políticas de



A economia brasileira entre crises e reformas

saúde e assistência social através do Leite Fome Zero ofertado para crianças de 2 a 7 anos matriculadas em creches e pré-escolas dos municípios baianos.

O programa não nascia só. Nascia como parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de desenvolvimento econômico. Um modelo de desenvolvimento com inclusão, que se assentava em um conjunto relevante de iniciativas, tais como a política de valorização real do salário mínimo, os programas de fortalecimento da agricultura familiar, a defesa e proteção do emprego formal e a ampliação da cobertura previdenciária. Articulado às demais iniciativas que emergiram no início do governo Lula, o PBF conheceu uma trajetória de sucesso, contribuindo efetivamente para melhorar as condições de vida e ampliar as oportunidades para milhões de famílias brasileiras. (CAMPELLO; NERI, 2013).

Para além dos benefícios concedidos às famílias beneficiadas, as políticas públicas em geral surgem como estratégias integradas com coparticipação das três esferas de governo: União, Estados e Municípios numa gestão descentralizada para promover a inclusão social e favorecer o desenvolvimento econômico e assim tirar o país do mapa da fome.

4. CONSIDERACOES FINAIS

Sabemos que mesmo com os programas de erradicação da pobreza no Brasil, as mazelas sociais persistem. Associamos esta realidade ao resultado de uma cruel concentração de renda, poder e propriedade que provocam um imenso abismo entre os ricos e os pobres.

O crescimento econômico de um país produz paralelamente a desigualdade, isto por conta da má distribuição da renda e do modo de produção capitalista que por si só é excludente. Considerando os problemas estruturais que a política pública no contexto histórico do desenvolvimento social da periferia no Brasil traz, surge o desafio de situá-la dentro do contexto da realidade espacial que esta se configura e em seu cotidiano, especialmente na eficiência de uma intervenção de economia política que leva em consideração as lutas das classes menos favorecidas do nosso País. Para tanto, foi-se necessário intervir e avançar em questões também estruturais para o desenvolvimento socioeconômico, desconstruindo as distâncias antagônicas do sistema econômico nos espaços subordinados como é o caso das famílias das periferias dos municípios do Estado da Bahia que buscam reverter essa situação através das políticas públicas transformando em mudanças estratégicas de empoderamento, autoestima e desenvolvimento igualitário.



A economia brasileira entre crises e reformas

REFERÊNCIAS

BRANDAO, Carlos. **Território e desenvolvimento**. Campinas. Ed Unicamp. 2007.

CAMPELLO, T. H. G. B; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília: Ipea, 2013.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Bahia: IBGE 2010. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290800>> Acesso em: ago. 2017.

COSTA, L. C. **Questão social e políticas sociais em debate**. Sociedade em debate. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas; Educat. 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**; esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). **Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico, 2000**. Rio de Janeiro: 2000. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em << <http://www.ibge.gov.br> >> Acesso em mar. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família: dados**. Disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>>. Acesso em ago. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil Sem Miséria**. 2013. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>>. Acesso em jul. 2017.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif. Goodyear. 1980.



A economia brasileira entre crises e reformas

MARTIGNONI, E. M. **Mortalidade infantil por regiões e faixas de renda domiciliar per Capita nos censos demográficos 2000 e 2010**. Estudo técnico SAGI, Brasília, n. 5, 2012.

MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**. 2002 (V. II, Cap. XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista).

PETERS, B. G. "Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes", Public Administration 76: 1998.

POCHMANN, Marcio. **Processo de exclusão e construção do sistema único de inclusão social no Brasil**. 2003. Disponível em:
<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan007618.pdf>>. Acesso nov. 2016.

RICARDO, David. **Princípios da Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).